



Ofício n.º 014/2016-GAB

Brasília/DF, em 01 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Assunto: **DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO – Art. 182 - RICD.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do Art. 182, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresento à Mesa da Câmara dos Deputados, **DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO**, pelos motivos explicitados abaixo, referentes às seguintes proposições:

Item 1: PL 2648/2015

Autor: Supremo Tribunal Federal

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

Item 2: PL 6697/2009

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ementa: Altera a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.

Item 3: PL 2646/2015

Autor: Supremo Tribunal Federal

Ementa: Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Item 4: PL 4244/2015

Autor: Senado Federal - Mesa Diretora do Senado Federal

Ementa: Reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal e disciplina o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores

Item 5: PL 2742/2015

Autor: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

1 Mesa Diretora 06/JUN/2016 11:57
Antonio Carlos Mendes Thame
GAB/DCO



Ementa: Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Item 6: PL 7922/2014

Autor: Defensoria Pública da União

Ementa: Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos dos Servidores da Defensoria Pública da União, fixa o valor de suas remunerações e dá outras providências

Item 7: PL 2647/2015

Autor: Procurador-Geral da República

Ementa: Dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República.

Item 8: PL 2743/2015

Autor: Tribunal de Contas da União

Ementa: Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Item 9: PL 2747/2015

Autor: Defensoria Pública da União

Ementa: Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Item 10: PL 4250/2015

Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera a remuneração de servidores e empregados públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadoria e pensões, e dá outras providências.

Item 11: PL 4251/2015

Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Item 12: PL 4252/2015

Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera a remuneração de servidores públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, e dá outras providências.

Item 13: PL 4253/2015

Autor: Poder Executivo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame

Ementa: Cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores, e dá outras providências.

Item 14: PL 4254/2015

Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, altera os requisitos de acesso a cargos públicos, reestrutura cargos e carreiras, dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações, e dá outras providências.

Item 15: PL 4255/2015

Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Em razão dos acordos previamente estabelecidos entre as Lideranças Partidárias, do Governo e da Oposição, não foi possível justificar a minha posição contrária à aprovação das respectivas matérias, que visam a reajustar as remunerações dos servidores dos três Poderes.

Em decorrência da conjuntura econômica do País, com altos índices de desempregados e setores das cadeias produtivas fechando às portas, acredito não ser o momento mais oportuno para aumentar as despesas do Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Por isso, quero reiterar que, mesmo sendo meritório para as retromencionadas categorias, não me resta outro posicionamento que não o de me manifestar contrário à aprovação das proposições que acabam, extemporaneamente, trazendo aumentos expressivos aos cofres públicos.

Atenciosamente,

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PV/SP